

ORGANIZADORES

EDILSON VITORELLI
GUSTAVO OSNA
HERMES ZANETI JR
LUIS ALBERTO REICHELT
MARCO FÉLIX JOBIM
ROGÉRIA DOTTI

**COLETIVIZAÇÃO E
UNIDADE DO DIREITO**

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO
PROFESSOR SÉRGIO CRUZ ARENHART

VOL. III

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

**Coletivização e Unidade do
Direito – Estudos em homenagem ao
Professor Sérgio Cruz Arenhart - Vol.
III** Organizadores: Edilson Vitorelli,
Gustavo Osna, Hermes Zaneti Jr., Luis
Alberto Reichelt, Marco Félix Jobim,
Rogéria Dotti. – Londrina, PR: Thoth,
2022.

453 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5959-248-7

1. Tutela coletiva. 2. Processo Coletivo. 3.
Consumidores. 4. Negócios Processuais. 5.
IRDR.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tanfa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	15

CAPÍTULO 1

Aluisio Gonçalves De Castro Mendes

O FUTURO DO PROCESSO COLETIVO NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DO PROJETO DE LEI Nº 4.778/2020 (LEI DAS AÇÕES COLETIVAS).....	29
Palavras em Homenagem ao Prof. Sérgio Arenhart.....	29
1 O Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça e a elaboração do Projeto de Lei sobre as Ações Coletivas.....	30
2 Um Olhar sobre o Projeto de Lei	32
Referências Bibliográficas	37

CAPÍTULO 2

Álvaro J. Pérez Ragone

LA PROTECCIÓN DE LOS CONSUMIDORES EN ALEMANIA: DILEMAS EN LA REALIZACIÓN COLECTIVA Y MEDIADA DE LOS DERECHOS	39
Introducción	39
1 La finalidades del (derecho) proceso civil	42
1.1 Distinción entre sentido y finalidad del proceso civil.....	42
2 La realización colectiva y la mediada de derechos.....	44
3 Protección colectiva: introducción	45
4 Las acciones de grupo y derecho de los socios frente a la sociedad ...	46

4.1 Acciones de grupo	46
4.2 Derechos de los socios frente a una sociedad.....	47
5 Acciones de cese.....	47
6 Las acciones de consumidores en el marco por competencia desleal.	48
7 Las acciones en el código procesal civil.....	49
7.1 Representación de asociaciones §79 (2), oración 2, nº 3 zpo	49
7.2 El procedimiento patrón o de muestra.....	50
8 La realización mediada de derechos de los consumidores: odr(on line dispute resolution) adr (alternative disputes resolución)	52
Conclusiones.....	54
Referencias bibliográficas	54

CAPÍTULO 3

Antonio do Passo Cabral

AUTOCOMPOSIÇÃO E LITIGÂNCIA DE MASSA (I): NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE CASOS REPETITIVOS.....	61
Introdução. Incentivos do CPC/2015 à autocomposição coletiva.....	61
1 O caráter público dos procedimentos de solução de casos repetitivos ainda que os processos individuais veiculem pretensões de direitos disponíveis.....	63
2 Os problemas da negociação em bloco nos incidentes para a resolução de casos repetitivos. Falta de representatividade adequada e déficits procedimentais de participação, contraditório e isonomia	65
3 Negócios jurídicos processuais e os incidentes de resolução de casos repetitivos.....	71
3.1 Os incidentes de resolução de casos repetitivos e restrições legais à negociabilidade sobre o processo. Ineficácia parcial da desistência e limitações à transação.....	71
3.2 As restrições à desistência aplicam-se a todos os negócios jurídicos processuais? Impossibilidade de celebração de acordos processuais dispositivos. Viabilidade das convenções processuais obrigacionais	73
Conclusão.....	77
Referências Bibliográficas.....	78

CAPÍTULO 4**Clayton Maranhão**

JUSTIFICAÇÃO EXTERNA DA DECISÃO JUDICIAL E STANDARD PROBATÓRIO.....	83
1 Problemas do raciocínio jurídico contemporâneo	83
2 Da concepção persuasiva à concepção racionalista da prova	85
3 Aspectos epistêmicos do standard probatório	86
4 Contexto de descoberta e contexto de justificação.....	87
5 Crítica à concepção clássica da sentença como <i>silogismo judicial</i>	90
6 Teoria da justificação interna e justificação externa da sentença	94
7 Os <i>standards</i> probatórios pertencem à justificação externa da premissa fática do silogismo decisório	95
Referências Bibliográficas.....	96

CAPÍTULO 5**Edilson Vitorelli**

O BRASIL TEM UM SISTEMA PROCESSUAL COLETIVO EFICIENTE? APORTES EMPÍRICOS	101
Introdução	101
1 A lógica da ação coletiva.....	102
2 Exemplo empírico da crítica ao modelo brasileiro.....	103
3 O modelo brasileiro e o modelo norte-americano: o problema comparativo	107
4 O modelo de processo coletivo brasileiro induz litigância irresponsável?.....	111
5 Evidências empíricas quantitativas sobre a litigância coletiva no Brasil	112
6 Evidências qualitativas quanto a qualidade das ações coletivas no Brasil	115
Conclusão.....	118
Referências Bibliográficas.....	118

CAPÍTULO 6**Elton Venturi**

O REGIME JURÍDICO DA TRANSAÇÃO NA TUTELA COLETIVA.....	121
Introdução: Uma homenagem a Sérgio Cruz Arenhart	121
1 O atual panorama da tutela coletiva no Brasil.....	122
2 O regime jurídico da transação no âmbito dos acordos administrativos	125
3 Os acordos envolvendo direitos transindividuais admitem transação?	128
4 Justificando os acordos coletivos envolvendo direitos transindividuais: o regime jurídico da representação	132
5 Justificando os acordos coletivos envolvendo direitos transindividuais: o regime jurídico da incapacidade civil relativa e o processo de tomada de decisão apoiada.....	134
Referências	138

CAPÍTULO 7**Fabiano da Rosa Tesolin**

OS PRECEDENTES JUDICIAIS, A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL E AS CORTES SUPERIORES: AS PERSPECTIVAS DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES DO CPC/2015	141
Introdução	141
1 A proposta dos precedentes judiciais após cinco anos de vigência do CPC/2015.....	142
2 A interpretação das Cortes Superiores sobre o sistema brasileiro de precedentes	146
3 A relação sinérgica entre a reclamação constitucional e os precedentes obrigatórios no CPC/2015.....	150
Conclusões.....	159
Referências Bibliográficas.....	160

CAPÍTULO 8

Fredie Didier Jr.

ATO CONCERTADO E CENTRALIZAÇÃO DE PROCESSOS REPETITIVOS	163
1 Conceito de cooperação judiciária nacional	163
2 Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	164
3 Atos concertados: a cooperação negociada.....	165
4 Generalidades e legitimidade para celebração do ato concertado. A cooperação interinstitucional.....	165
5 Objeto da concertação.....	169
6 A centralização de processos repetitivos como objeto de concertação (art. 69, §2º, VI, CPC)	171
7 Ato concertado, centralização de processos repetitivos e modificação de competência.....	173
Referências Bibliográficas.....	178

CAPÍTULO 9

Bernardo Augusto da Costa Pereira

Gisele Santos Fernandes Góes

PROCESSOS ESTRUTURANTES NO DIREITO BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES ACERCA DESTES (NÃO TÃO) NOVO PARADIGMA PROCESSUAL.....	181
Introdução	182
1 Contextualizando os processos estruturantes no direito brasileiro: importância e conceitos básicos	182
2 O surgimento dos processos estruturantes: os casos <i>brown v. Board of education i e ii</i>	192
2.1 Breve contexto histórico	192
2.1.1 Caso <i>Dred Scott v. Sandford</i> (1857).....	193
2.1.2 Jim Crow laws.....	195
2.1.3 Caso <i>Plessy v. Ferguson</i> (1896).....	196
2.2 <i>Brown v. board of education of topeka i</i> (1954) e <i>ii</i> (1955).....	197
Conclusão.....	202
Referências Bibliográficas.....	203

CAPÍTULO 10**Hermes Zaneti Jr.**

A LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS POR DECISÃO MANDAMENTAL E O ACESSO À JUSTIÇA. HOMENAGEM AO PROF. DR. SÉRGIO CRUZ ARENHART.....	207
1 Homenagem ao Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart	208
2 Introdução: colocação do problema no âmbito do direito fundamental à organização e ao procedimento e da Justiça 3 D.....	209
2.1 Por um processo menos “ordinário”: as funções de conhecimento, execução e cautelar	211
2.2 Tutelas mandamental e condenatória e a possibilidade de adequação entre diversas tutelas para maior efetividade	213
3 Atipicidade da liquidação e execução de direitos individuais homogêneos: conversão da tutela condenatória genérica em tutela mandamental (obrigação de fazer ou não fazer).....	215
3.1 Os Casos “Expurgos Inflacionários” e “Cyrella”	217
3.2 O Caso “Lig-Mix”	219
4 Garantias Processuais para a Conversão da Tutela Condenatória em Tutela Mandamental: Para Além do “É Ruim, mas Eu Gosto”	220
Conclusão.....	222
Referências bibliográficas	223

CAPÍTULO 11**Jordão Violin**

PROBLEMAS POLICÊNTRICOS E PROCESSOS ESTRUTURAIS: PROBLEMAS IMPRÓPRIOS PARA A JURISDIÇÃO?.....	227
1 Problemas policêntricos	227
2 Um problema impróprio para a jurisdição?.....	230
3 Litígios de interesse público e litígios estruturais	235
4 Policentrismo e litígios complexos.....	240
5 Ativismo judicial?.....	247
Conclusão.....	255
Referências Bibliográficas.....	257

CAPÍTULO 12**Luiz Guilherme Marinoni**

FATOS CONSTITUCIONAIS E PROVA	261
Introdução	261
1 Dos fatos que interessam ao controle de constitucionalidade	264
2 Fatos legislativos e prognoses	265
3 Fatos pressupostos pela lei, fatos equivocadamente valorados e indevidamente ignorados pelo legislador, fatos não discutidos pelas pessoas e no Parlamento, fatos desconhecidos quando da elaboração da lei e fatos que passaram a ter outro significado com o passar do tempo.....	268
4 As normas constitucionais enquanto reveladoras dos fatos que integram a disputa constitucional: o caso exemplar do princípio da igualdade.....	275
5 A concretização da Constituição com base nos fatos.....	278
6 A natureza da incerteza que paira sobre os fatos	281
7 A diferença entre investigar ou descobrir um fato e esclarecer a respeito de um juízo já formado pela comunidade.....	282
8 Fatos científicos ainda discutidos na comunidade.....	283
9 Fatos inesclarecíveis	285
10 Os fatos legislativos diante do desenvolvimento da ciência	289
11 O caso da pílula do câncer: descaso em relação à necessidade de prova para negar fato científico pressuposto pelo legislador	292
12 Fatos influentes sobre a tomada da decisão constitucional, verificáveis por meio de prova: o caso dos botijões de gás.....	295
13 Fatos verificáveis, influentes sobre a tomada da decisão constitucional, mas que necessitam ser discutidos pela população: o caso estadunidense da eutanásia.....	297
14 Fatos insuscetíveis de pleno esclarecimento: a provisoriedade da decisão constitucional como resposta	298
Referências Bibliográficas.....	301

CAPÍTULO 13**Mauro Campbell Marques**

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: ENTRE OS AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTI-

VAS.....	303
Introdução	303
1 Breves considerações sobre o recurso especial repetitivo no Superior Tribunal de Justiça	304
2 Os avanços proporcionados pela técnica de julgamento de recursos repetitivos.....	309
3 Alguns problemas do atual sistema dos recursos repetitivos.....	312
Conclusão.....	320
Referências Bibliográficas.....	321

CAPÍTULO 14

Miguel Gualano de Godoy

STF E PROCESSO CONSTITUCIONAL: É POSSÍVEL CONCILIAÇÃO EM ADI? UM DEBATE COM O PROF. SÉRGIO ARENHART.....	323
Proêmio: antes de tudo	323
Introdução	324
1 De onde partimos para analisar o Supremo hoje?.....	324
1.1 Advertência metodológica	328
2 É possível conciliação em ADI?	328
2.1 A modulação dos efeitos da decisão de declaração de inconstitucionalidade é uma espécie de transação da constitucionalidade?	332
3 Processo constitucional e democracia deliberativa	334
Conclusão: rota de saída e caminhos possíveis	336
Referências Bibliográficas.....	337

CAPÍTULO 15

Renato Resende Beneduzi

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A TUTELA COLETIVA NO MERCADO DE CAPITAIS	341
Introdução	341
1 Uma lei que não pegou	341
2 O Ministério Público e a tutela do mercado de capitais	343
3 Uma ressalva: existência de convenção arbitral nos estatutos da	

companhia.....	349
Conclusão.....	351
Referências Bibliográficas.....	351

CAPÍTULO 16

Rogéria Dotti

ANTECIPAÇÃO DA TUTELA LOGO APÓS A DEFESA FRÁGIL: DIREITO EVIDENTE, TÉCNICA ANTECIPATÓRIA E O DEVER DE ANTECIPAR A TEMPO.....	355
1 A contribuição de Sergio Cruz Arenhart para a tutela sumária.....	355
2 O <i>référé-provision</i> no sistema francês e sua influência para o direito brasileiro.....	358
3 Tutela da evidência no Brasil e o <i>dever de antecipar a tempo</i>	360
4 O equilíbrio da antecipação após o contraditório.....	362
5 Regras de experiência e aquilo que normalmente acontece (<i>id quod plerumque accidit</i>).....	364
Conclusão.....	365
Referências Bibliográficas.....	366

CAPÍTULO 17

Santiago Pereira Campos

PRUEBA Y CONVICCIÓN EN EL PROCESO CIVIL URU- GUAYO.....	369
1 El servicio de justicia Uruguayo.....	369
2 Reforma procesal civil.....	372
3 Las principales estructuras procesales civiles en Uruguay.....	374
3.1 Proceso ordinario.....	374
3.2 Proceso extraordinario.....	375
3.3 Proceso monitorio.....	376
3.4 Procesos colectivos.....	377
4 Poderes-deberes del juez en la dirección del proceso.....	378
5 Carga y estandar de prueba.....	381
5.1 Veracidad y prueba.....	381
5.2 Carga de la prueba.....	384
5.3 Valoración de la prueba y estándar de prueba.....	384

6 Determinación de los hechos y del derecho y motivación de las decisiones	385
Referências bibliográficas	388

CAPÍTULO 18

Sérgio Kukina

PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS NO CPC	391
1 A justiça lotérica.....	391
2 A matriz precedentalista	392
3 O aguardo por novas posturas	392
4 O Estado de não direito	393
5 O imperativo da isonomia	394
6 A exigência de fundamentação.....	395
Conclusão	396
Referências Bibliográficas.....	397

CAPÍTULO 19

Teresa Arruda Alvim

COMO VINCULAM NOSSOS PRECEDENTES?.....	399
1 O problema tratado.....	399
2 Contextualização do problema.....	400
3 O common law – a ratio decidendi	402
4 O civil law – a tese.....	410
5 Nossas técnicas	419
6 Os institutos – As formas diferentes de vinculação.....	422
Referências Bibliográficas.....	426

CAPÍTULO 20

Vicente de Paula Ataíde Junior

POR UMA CONFIGURAÇÃO MAIS INCLUSIVA DA CAPACIDADE PROCESSUAL.....	429
Introdução	429
1 Preciões terminológicas	431
2 Diferenciações conceituais.....	432

3 Molduras teóricas e funções das “capacidades” no direito processual civil.....	434
4 Notas sobre capacidade processual no direito comparado.....	438
5 A necessária exclusão da capacidade de ser parte como pressuposto processual.....	443
6 Proposta de uma configuração teórica mais inclusiva da capacidade processual.....	449
Conclusão.....	450
Referências Bibliográficas.....	451